



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 108/2024)

O art. 100 do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, passa a vigorar acrescido de §2º com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para §1º:

“Art. 100.

§ 1º (*renumerado para parágrafo único*)

§ 2º Nos processos do contencioso administrativo, as partes deverão ser intimadas da inclusão do processo administrativo em pauta de julgamento:

I - por meio de publicação no Diário Oficial da União, com, no mínimo, dez dias de antecedência, em nome dos contribuintes e, eventualmente, dos procuradores constituídos e cadastrados em sistema próprio; e

II - por meio de comunicação, através de e-mail institucional do órgão de julgamento, no prazo do inciso I, para os e-mails fornecidos na impugnação, no recurso ou posteriormente substituídos em petição específica.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão de um processo em pauta dá início a todo um trabalho de preparação dos contribuintes, de seus advogados e dos procuradores, que passam a elaborar memoriais e sustentação oral.

Embora a utilização do DOU seja a forma mais tradicional de intimação, fato é que é difícil e custoso para os contribuintes/procuradores



acompanharem a publicação do DOU, ainda mais quando essas publicações envolvem um grande número de processos, como é regra.

Não é incomum que vários contribuintes só fiquem sabendo do julgamento de seus recursos quando recebem o acórdão.

Assim, estamos propondo que os órgãos responsáveis pelo contencioso administrativo do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) envie um email para as partes informando da inclusão do processo em pauta. Os emails serão aqueles fornecidos na impugnação, no recurso ou em petição específica, no caso de necessidade de substituição dos advogados, por exemplo.

É uma providência simples, que não trará grandes custos ao estado e certamente contribuirá para expansão do contraditório e da ampla defesa.

Ante o exposto, considerando a relevância da mudança proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala da comissão, 19 de fevereiro de 2025.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)

